

## O Totalitarismo sob a ótica de François Furet

Priscila Gomes Correa

Desde que despontou nas interpretações sobre as experiências políticas do século XX a noção de *totalitarismo* gerou controvérsias, sobretudo durante a Guerra Fria, quando o conceito passou a ser malvisto pela esquerda política, pois a comparação entre fascismos e comunismo podia levar a depreciação deste último. O conceito foi inicialmente discutido por Hannah Arendt (1951), Carl Friedrich (1954), Raymond Aron (1958), entre outros. As mudanças intelectuais provocadas pelos tumultos estudantis da década de sessenta, bem como o florescimento das mais diversas teorias marxistas, levou a uma progressiva recusa do termo durante as décadas seguintes.<sup>1</sup> No entanto, a derrocada do comunismo soviético propiciou uma nova sobrevida ao conceito, levando muitos estudiosos (Furet, Nolte, Lefort, Besançon, Ferro, Malia) a se debruçarem sobre a questão do comunismo para, além de discutir o funcionamento do sistema, refletir sobre o seu possível paralelo com o nazismo.<sup>2</sup>

O historiador francês François Furet foi um dos precursores desse novo debate, elaborou um sistema de reflexão no qual o conceito de *totalitarismo* aparece como peça essencial; a lógica de sua interpretação reside na relação dialética entre fascismo e comunismo, e de ambos com a democracia, de modo que a primeira relação não funcionaria sem o elo totalitário, bem como a tríade sem o fundamento do antifascismo. Encontramos essa formulação em seu livro *O Passado de uma Ilusão* (1995), um longo ensaio sobre a idéia comunista, onde nos apresenta um ‘novo esquema interpretativo’ do totalitarismo. O processo de construção desse ‘novo’ esquema envolveu diversos fatores políticos e intelectuais explorados por Furet desde fins da década de setenta, quando se debruçou sobre a historiografia da Revolução Francesa e a questão do discurso revolucionário.

Para Furet a historiografia da Revolução Francesa manteve-se como baluarte de um discurso revolucionário superado pelos fatos, visto que a crítica do totalitarismo e do desastre da experiência comunista do século XX já teria se tornado tema central da reflexão

da esquerda política. A noção de desvio em relação a uma origem seria o sustentáculo do valor da idéia de revolução, o precedente francês justificaria, então, a violência bolchevique em nome de circunstâncias comparáveis. Esse discurso dos revolucionários, dos atores do fenômeno foi adotado pelos historiadores. Fazia-se necessária a crítica dessa historiografia, a qual Furet denominou comunista. Tarefa a que se dedicou em seu famoso livro *Pensando a Revolução Francesa* (1978), ao identificar a importância da ‘paixão revolucionária’, nascida em 1789, no mundo contemporâneo. Desse livro cabe-nos reter sua referência a Augustin Cochin, autor que percebeu no jacobinismo um tipo de sociedade, uma sociedade de pensamento, que tornou possível a ficção da idéia de democracia “pura”, de “transparência” entre sociedade e poder; crença que para Furet “é a matriz do totalitarismo”.<sup>3</sup>

É a revolução como linguagem, o império da verdade da opinião, uma faceta do discurso revolucionário que se constituiu em fonte daquilo que Furet denominou ‘enigma’ do comunismo, posto que apesar dos desmentidos da história a crença fundadora subsistiu. E, argumenta Furet, “torna-se inevitável que o exemplo russo volte a atingir como um bumerangue a sua ‘origem’ francesa”...“o Gulag leva a repensar o Terror, em virtude de uma identidade de projeto”, ambos acusados de ser substancialmente sistemas de sujeição metódica sobre os corpos e os espíritos.<sup>4</sup> Diferente do que se possa supor, não é a possível associação entre a violência jacobina e a bolchevique que motivou a interpretação de Furet. Pelo contrário, esta comparação só lhe parecia viável de um ponto de vista muito abstrato e, acrescentou, “me parece mais útil, para se comparar, aquilo que é comparável entre o regime de Hitler e o de Stálin, do que modelar, *a posteriori*, a Revolução Russa sobre a Revolução Francesa”.<sup>5</sup> Seria, antes, a ilusão fundadora do discurso revolucionário que se transformou em denominador comum das duas ideologias totalitárias que surgiram no século XX.

Comunismo e fascismo seriam, para Furet, duas ideologias antidemocráticas paradoxalmente enraizadas no discurso revolucionário francês que, por sua vez estaria calcado no ideal de democracia. Isso porque, explicou Furet, existe um elemento religioso presente no discurso revolucionário, a saber, a idéia de libertação da humanidade.<sup>6</sup> Uma

‘crença’ ou ‘fé’ constitutiva do discurso revolucionário que, posteriormente, combinou-se com os ideais socialistas, democracia e socialismo seriam duas configurações sucessivas de uma ampla revolução libertadora. O que, segundo Furet, também compõe uma crença, pois “o militante revolucionário, agente de uma prática histórica com ambições tão elevadas, identifica sua vida com a defesa das suas idéias: existe uma intolerância essencial da ideologia revolucionária”.<sup>7</sup>

Assim, notamos alguns dos pressupostos sobre os quais Furet pôde desenvolver sua concepção de totalitarismo, tão intimamente relacionado com a idéia de democracia, fonte da polêmica antiburguesa que o caracteriza e cujo berço foi a Revolução Francesa. Em resumo, seriam as próprias contradições da “paixão revolucionária” que permeariam o surgimento das ideologias fascista e comunista. A ‘idéia comunista’ seria compreendida no quadro dessas ‘paixões revolucionárias’, ou seja, numa reflexão mais geral sobre a democracia e a burguesia. Dessa forma, já abordamos boa parte da interpretação de Furet, pois este historiador não se preocupou com uma definição específica para o conceito de *totalitarismo*, exposto de forma instrumental, porém fundamental, no interior de um processo interpretativo. Esse processo foi efetivado a partir de 1989, período em que Furet começou a trabalhar em *O Passado de uma Ilusão*, ainda sob o calor dos acontecimentos.

No artigo *La Révolution commence* (1990) ele mostrou-se empolgado pela suposta vitória da dupla ‘democracia e capitalismo’, ao proclamar que “o sol brilha pela segunda vez sobre a Europa do século XX. Após 1945, 1989. Após o fim do nazismo, o do comunismo, e uma Europa, enfim, de nações e de homens livres”.<sup>8</sup> Note-se como os traços de uma identidade entre os dois regimes começam a ser explorados. Dois anos depois, em *Oui, l’histoire du communisme reste à écrire* (1992), acentuou esse paralelo ao destacar que o século XX comportou dois tipos de regimes totalitários, o fascismo e o comunismo. Em outra oportunidade (*La democrazia in Europa* – 1992), expôs a paixão comum que teria motivado os dois movimentos, nazismo (“a forma totalitária por excelência do fascismo”) e comunismo; seria o desprezo pela burguesia e capitalismo, um sentimento antigo que depois de 1914 foi renovado por sua encarnação em movimentos populares: “na democracia

burguesa, os comunistas vêem a antecâmara do fascismo e os fascistas a antecâmara do comunismo”.<sup>9</sup>

Em *O Passado de uma Ilusão* encontraremos, portanto, o resultado de uma longa reflexão sobre o tema, a “comparação interdita”, enfim, é realizada. Nesse longo ensaio explica-se o comunismo pelo fascismo e vice-versa, duas paixões ideológicas, nascidas da democracia, que teriam entrado para o palco da história quase juntas, tornando inevitável uma análise comparada. Da análise dos paralelos entre a idéia revolucionária e a idéia comunista o historiador chega às relações entre fascismo e comunismo, constituindo o núcleo de sua interpretação. Em linhas gerais, fascismo e comunismo são apresentados como dois fenômenos importantes, aos quais deve-se devolver o caráter imprevisível, nada neles teria sido necessário. A ilusão da necessidade histórica é a primeira barreira a ser derrubada, visto que tanto o fascismo quanto o comunismo como “produtos da democracia, foram enterrados pela democracia”.<sup>10</sup> “O fascismo nasceu como uma reação anticomunista. O comunismo prolongou seu tempo de vida graças ao antifascismo”, afirma Furet.<sup>11</sup>

Diante da “tentação” de “reduzir o desconhecido ao conhecido e considerar o século XX com as lentes do século XIX: numa versão renovada do combate pró ou contra a democracia, sob a forma fascismo/antifascismo”,<sup>12</sup> Furet propõe a retomada do conceito de *totalitarismo*, pois, para superar essa “tentação”, deve-se conceber que fascismo e comunismo estão unidos pelo adversário comum, democracia, a despeito do antifascismo do segundo. Sua intenção é discutir não só a legitimidade desta comparação como também se é possível compreender a história do século sem esta comparação, visto que entre 1945 e 1975 o conceito de *totalitarismo* não teve direito de ser citado, o que seria um efeito de intimidação e não o resultado do saber.<sup>13</sup>

Devido à complexidade das relações entre fascismo e comunismo, Furet propõe um uso limitado do conceito, uma gradação que visa desculpar os possíveis excessos, pois, nas suas palavras, “ele designa, no melhor dos casos, certo estado alcançado pelos regimes em questão (e não necessariamente por todos) em períodos diferentes de suas evoluções”, não implicando que esses regimes fossem idênticos ou comparáveis em todos os seus

aspectos.<sup>14</sup> No entanto, Hannah Arendt já havia previsto essa aplicação limitada do termo, quando sublinhou que “até hoje conhecemos apenas duas formas autênticas de domínio totalitário: a ditadura do nacional-socialismo, a partir de 1938, e a ditadura bolchevista, a partir de 1930”.<sup>15</sup> Um limite espaço-temporal adotado eventualmente por Furet, na medida em que o conceito não pode responder à sua questão crucial, a saber, o “engendramento mútuo e a reciprocidade oculta” entre fascismo e comunismo. Nesse sentido, percebe-se uma versão mais fluida do *totalitarismo*, tal qual definiu Raymond Aron ao dizer que o essencial é o “monopólio do partido ou a estatização da vida econômica ou ainda o terror ideológico”.<sup>16</sup> As diversas minúcias da lógica do sistema, como foram descritas por Arendt ou Friedrich, não são relevantes ao tipo de interpretação a que se dedica Furet, mais próximo a Aron e Lefort.

De início, tanto Arendt quanto Aron e Lefort fornecem subsídios para Furet, porém somente determinados aspectos de seus trabalhos são selecionados. De Hannah Arendt interessa-lhe, sobretudo, uma definição genérica: o totalitarismo como um sistema baseado no isolamento de indivíduos atomizados, sob um forte controle ideológico, com vistas ao domínio total e a expansão universal de acordo com leis da natureza (nazismo) ou da história (comunismo).<sup>17</sup> Outra premissa adotada diz respeito a idéia de que “a história do Partido Bolchevista é um exemplo melhor da natureza essencialmente fictícia do totalitarismo, precisamente porque as fictícias conspirações globais, contra as quais e de acordo com as quais a conspiração bolchevista supostamente se organizou, não foram ideologicamente fixadas”.<sup>18</sup> Ora é justamente a partir dessa constatação que Furet, sob o respaldo histórico do fim da União Soviética, pôde conceber uma espécie de absoluto esquecimento da experiência soviética, da qual “não subsiste nem uma idéia”. Esse caráter fictício do comunismo é, portanto, fundamental na sua interpretação, pois lhe permite abordar o fenômeno totalitário do ponto de vista político, como um “ideal tipo”.

Esse ponto de vista certamente contribuiu para as polêmicas que acompanharam a publicação de seu livro, pois admite sob os mesmos fatos e recursos outras interpretações igualmente relevantes. Um exemplo é a interpretação de Eric Hobsbawm, historiador

marxista que não compartilha do uso do termo *totalitarismo*, pois o sistema soviético “não exercia efetivo ‘controle da mente’ e muito menos conseguia a ‘conversão do pensamento’, mas na verdade despolitizou a população em grau espantoso”.<sup>19</sup> Ou seja, tanto para Furet quanto para Hobsbawm tratava-se de um controle ideológico almejado, mas não internalizado. Fato que leva o segundo a rejeitar o conceito de *totalitarismo*, enquanto o primeiro o adota ao reverter a definição supracitada de Hannah Arendt para o plano da idéia.

Considerando a contingência e evitando a idéia da necessidade histórica Furet teria acabado por instalar o regime soviético sobre sua própria ideologia, em sua origem aparece a ilusão ou a utopia do socialismo. Mas isto, segundo Lefort, é violentar o fenômeno de uma nova maneira, é reduzi-lo à manifestação de uma idéia ou mesmo à vontade política de indivíduos dispostos a edificar um sistema conforme a esta idéia – o totalitarismo é, então, uma abstração.<sup>20</sup> Diante disso, Lefort lamenta o fato de Furet, que não hesita em discernir no comunismo um sistema totalitário, não ver nele mais do que o produto de uma vontade política.<sup>21</sup>

Essa decepção advém do empenho desse filósofo por tratar o discurso totalitário em seu desdobramento “na convicção de estar impresso na realidade e de encarnar a virtualidade de um domínio continuado e geral de suas articulações”. De tal modo, para Lefort, “a formação do totalitarismo só é inteligível quando se reconhece a ‘resposta’ dada ao problema da divisão entre o discurso ideológico e o processo de socialização da sociedade”.<sup>22</sup> É justamente essa ‘historicidade do social’ que não se faz necessária à interpretação de Furet, o qual opõe à explicação pelos interesses sociais, uma explicação pela ideologia. Seu objetivo é seguir a formação das ideologias totalitárias por meio de uma “versão histórico-genética da teoria do totalitarismo”, originalmente estrutural, como propôs o historiador alemão Ernest Nolte, com quem, pouco antes de sua morte (em 11/7/1997), discutiu o conceito numa série de correspondências.<sup>23</sup>

Essa abordagem ‘genealógica’ é o substrato diferencial do sistema interpretativo elaborado por Furet, pois permite conceber fascismo e comunismo como “as duas faces duma crise aguda da democracia liberal, sobrevinda com a guerra de 1914-18”,<sup>24</sup> seria a

extrema radicalização de uma crítica à direita (fascismo) e outra à esquerda (leninismo), um caráter revolucionário partilhado, portanto, pelo fascismo o que permitiu a direita romper com o ‘impasse’ da contra-revolução.<sup>25</sup> Deve-se reconhecer, entretanto, nessa essência da concepção de Furet a referência constante às formulações teóricas de Lefort; substancialmente seus estudos acerca da relação entre democracia e totalitarismo.

Furet adota de Lefort a idéia de que “o Estado totalitário só pode ser concebido em relação à democracia e sobre o fundo das ambigüidades desta última. É a refutação dela ponto por ponto e, no entanto, atualiza representações que ela contém virtualmente. Nele, a democracia encontra uma potencia adversa, mas que ela carrega também dentro de si mesma”.<sup>26</sup> Ora, é a partir dessa relação ambígua que Furet constrói um sistema de interpretação do século XX envolto na tríade - democracia, fascismo e comunismo. A democracia liberal é concebida como o ponto de partida e de chegada da comparação entre fascismo e comunismo,<sup>27</sup> nessa medida o liberalismo aparece como o depositário exclusivo da democracia, o antifascismo comunista é revertido a uma espécie de paranóia.

De acordo com Emmanuel Terray, o tratamento dos acontecimentos proposto por Furet para superar a idéia da necessidade histórica colabora para essa idéia. Se os acontecimentos forem contingentes como as catástrofes naturais, ninguém é responsável; em outros termos, não se pode acusar os sistemas econômico, social e político em meio aos quais eles se produziram. “A inocência do capitalismo e da democracia liberal é um pressuposto implícito, mas fundamental desse livro repleto de condenações morais. Mas esse pressuposto não é o efeito de um simples maniqueísmo partidário: se o capitalismo e a democracia liberal são inocentes, é porque, no espírito de Furet, são tão naturais quanto os desastres que os atingem”.<sup>28</sup>

Nesse sentido, de uma perspectiva finalista, a derrocada do comunismo, Furet apresentou um documento comprobatório do “teorema do totalitarismo”. Um exemplo é o artigo escrito em 1990 (*Les feuilles mortes de l’utopie*), no qual o capitalismo e a democracia são apresentados como os dois destinos da modernidade, a idéia comunista teria tentado separá-los, mas o que se descobriu, nesse fim de século, é “que os dois destinos amarrados

pela modernidade são inseparáveis, que a liberdade não existe sem o mercado, visto que aqueles que tentaram escapar a essa dura lei concorreram para a catástrofe política e econômica”. Desse modo, a ambição radical, presente na utopia socialista, de instaurar uma sociedade sem classes, tinha somente a natureza para vencer.<sup>29</sup>

Para concluir, uma interessante questão de Emmanuel Terray acerca do livro *O passado de uma Ilusão*: qual a razão para um extenso livro sobre um objeto que teria desaparecido sem deixar traços? Identificam-se aí duas vozes distintas, a de um “militante liberal”, que saúda e proclama a ruína do império e da ideologia comunistas, e a de um “historiador lúcido”, que não ignora as mentiras constitutivas da sociedade burguesa e as conseqüentes utopias socialistas que surgirão; daí seu desejo de retardar esse perigoso renascimento.<sup>30</sup> Essa situação autoriza-nos a considerar a noção de contradição, elaborada por Sartre, que sempre investiria a trajetória dos intelectuais, Furet estaria entre “o saber prático (verdade, universalidade) e a ideologia (particularismo)”, ou melhor, entre o “universalismo de profissão” e o “particularismo de classe”.<sup>31</sup>

<sup>1</sup> Cf. Kershaw, I. Nazisme et stalinisme: Limites d’une comparaison. *Le Débat*, n° 89, mars-avril 1996. p.177.

<sup>2</sup> Cf. Laignel-Lavastine, A. L’Autre Europe et nous. *Le Débat*, n°107, nov-dec 1999. p.132-133.

<sup>3</sup> Cf. Furet, F. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. p.191

<sup>4</sup> Cf. Furet, F. *Ensaio sobre a Revolução Francesa*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1978. Ensaio...Op. cit. p.17

<sup>5</sup> Cf. Furet, F. Après Robespierre, Staline... (entretien avec F. Furet). Paris, *L’Histoire*, n177, mai 1994. p.53

<sup>6</sup> Cf. Furet, F. Dieguez, M. Dialogue. *Commentaire*, n 71, automne 1995.

<sup>7</sup> Furet, F. Ensaio... Op. cit. p.134.

<sup>8</sup> Cf. Furet, F. *Un Itinéraire Intellectuel*. Paris, Calmann-Lévy, 1999. p.363

<sup>9</sup> Cf. Furet, F., Dahendorf, R. e Geremek, B. *La Democrazia in Europe* Roma, Laterza, 1992. p.10

<sup>10</sup> Cf. Furet, F. *O Passado de uma Ilusão*. Siciliano, São Paulo, 1995. p.16

<sup>11</sup> Idem. p. 37

<sup>12</sup> Idem p.193

<sup>13</sup> Cf. Furet, F. Nazisme et Communisme: la Comparaison Interdite. *L’Histoire*, n°186, Paris, mars 1995. p.18

<sup>14</sup> Cf. Furet, F. *O Passado de uma Ilusão*. Op. cit. p.198 e 221.

<sup>15</sup> Arendt, H. H. *O Sistema Totalitário*. Lisboa, Dom Quixote, 1978. p. 523

<sup>16</sup> Aron, R. *Democracia e Totalitarismo*. Lisboa, Presença, 1966 p. 294.

<sup>17</sup> Cf. Arendt, H. Op. cit. Terceira Parte.

<sup>18</sup> Idem. p.476

<sup>19</sup> Hobsbawm, E. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Cia das Letras, 1995. p.384.

<sup>20</sup> Cf. Lefort, C. *La Complication: Retour sur le Communisme*. Paris, Fayard, 1999. Op. cit. p.10-13

<sup>21</sup> Cf. Idem. p.183

<sup>22</sup> Lefort, C. *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 326

<sup>23</sup> Cf. Furet, F. Nolte, E. *Fascismo e Comunismo*. Lisboa, Gradiva, 1999.

<sup>24</sup> Cf. Idem. p.54

<sup>25</sup> Cf. Idem. p.86

<sup>26</sup> Lefort, C. *A invenção democrática*. Op. cit p.33

<sup>27</sup> Cf. Berger, D. Maler, H. *Une Certaine Idée du Communisme*. Paris, Editions du Félin, 1996. p.10

<sup>28</sup> Cf. Terray, E. Le Passé d’une Illusion et l’Avenir d’une Espérance. *Critique*, n°588, Paris, mai 1996. p.331

<sup>29</sup> Cf. Furet, F. *Un Itinéraire Intellectuel*. Op. cit. p.609

<sup>30</sup> Cf. Terray, E. Op. cit. p.360

<sup>31</sup> Cf. Sartre, J-P. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo, Ática, 1994. p. 50-54